

22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas 14.11.2018

Ponto 3.2

Intervenção vereador Rui Francisco

Obrigado Senhor Presidente,

Este é de facto um tema e um assunto muito interessante que diz muito à vida das pessoas e, é normal que continuemos a ter no futuro, à medida que este processo vai avançando, novas discussões, à luz até da informação que o Senhor Presidente de Câmara, irá trazer aqui.

Os homens da luta costumavam dizer “e o povo pá”, era uma expressão que eles utilizavam muito “e o povo pá”. E, à semelhança do ponto anterior, interessa colocar aqui no centro das nossas preocupações o povo e aquilo que este quer. Aquilo que o povo, acima de tudo, tem direito, porque a mobilidade é acima de tudo um direito dos cidadãos e não nos podemos esquecer disto.

Quando reivindicamos mais carreiras, novos percursos, que as pessoas mais idosas tenham acessos melhores aos equipamentos de saúde, o que estamos a fazer é relembrar os direitos que as pessoas têm. E, no que ao direito à mobilidade diz respeito, em Odivelas à semelhança da restante Área Metropolitana de Lisboa, estão criadas grandes expectativas.

O Senhor Presidente referiu-se a esta questão de uma forma interessante, chamando-lhe revolução dos transportes na Área Metropolitana, mas nós só chegámos a esta revolução, como a maior parte das revoluções surge, na sequência de um período de grande declínio e é daí que partimos.

A degradação do serviço de transportes nos últimos 15/20 anos, fundamentalmente na Área Metropolitana de Lisboa, é assustadora e provocou a necessidade de nesta legislatura, Câmaras Municipais e o Governo, avançarem para uma autêntica revolução na área dos transportes da Área Metropolitana de Lisboa, porque ela é, de facto, necessária.

Em relação ao ponto que estamos a discutir, os ganhos e os objetivos estão, por princípio, definidos, mas falta concretizá-los e falta perceber como é que o povo vai sentir isto e vai sentir na pele a melhoria.

Estou perfeitamente de acordo com o presidente quando diz que devemos refrear os nossos ânimos. Aliás, tenho dúvidas que no dia 1 de Abril haja passe intermodal e passe único, acho que teremos muita sorte se assim

conseguirmos. Vamos ver como é que a discussão e a evolução deste processo ocorre.

Mas não há dúvida de uma coisa, isto por si só não chega porque estamos a tratar de uma dimensão que é reduzida em relação aquilo que tem de se fazer na área dos transportes. Pois, a redução do preço da bilhética por si só não resolve o problema, embora estimule uma maior procura do serviço, se o serviço não estiver preparado para receber esta procura, vai servir como fator de desencorajamento do próprio serviço e depois temos preços baixos, mas não temos pessoas a andar de transportes público, que é aquilo que queremos.

É fundamental que no âmbito do contrato de concessão a estabelecer com o operador, seja garantido aquilo que o senhor presidente há pouco dizia, não sei se o serviço mínimo, se o serviço médio, mas um serviço que dê resposta de facto às necessidades das pessoas. Às necessidades naquilo que tem a ver com os movimentos pendulares, naquilo que tem a ver com a ligação intermunicípios, na criação de interfaces modais que é fundamental para podermos efetivamente privilegiar a utilização do serviço público, mas muito importante, as carreiras e os percursos urbanos.

Estou muito de acordo com a vereadora, quando diz que nós temos problemas de mobilidade dentro do concelho também e problemas que resultam fundamentalmente da ausência de soluções para aquilo que parece não ser o mais importante, mas que diz muito às pessoas que vivem e trabalham no concelho.

Ao longo de muitos anos que aqui temos estado, falámos da supressão de carreiras, diminuição de horários, tudo coisas que foram fragilizando o serviço público de transportes e isso é preciso recuperar neste momento, neste caso com investimento municipal, é pena que assim seja pois reporto-me sempre à primeira coisa que disse, a mobilidade é um direito e é um direito que deve ser assegurado numa perspetiva supramunicipal.

Quiseram os municípios e o governo avançar para já com aquilo que é, do ponto de vista das grandes medidas, o mais importante que é a questão da constituição do passe intermodal e da bilhética única. O Senhor Presidente terá oportunidade de dizer aqui quanto é que isto vai custar ao município. Creio que no primeiro ano aproximadamente um milhão de euros aumentando nos seguintes e, isto é uma despesa que não nos vai largar, tenhamos consciência disto. Com a assunção deste tipo de responsabilidade financeira é importante todos nesta câmara sabermos que é neste momento que estamos a dar este passo. Não podemos obviamente ficar de fora nem queremos ficar de fora do que foi o debate e as conclusões da área metropolitana.

É preciso percebermos que a Administração Central e o Governo, estão a responsabilizar financeiramente os municípios para uma questão que, no nosso entendimento, devia ser resolvida com políticas de fundo, na defesa do transporte público.

Senhor Presidente,

Espero sinceramente que daqui a algum tempo, quando estivermos a fazer o balanço desta medida e dos efeitos desta deliberação, estejamos a falar já em cima de um contrato de concessão, que assegure a renovação do material circulante - que está nas condições que se conhecem, que assegure a criação de carreiras urbanas que garantam o acesso quer aos equipamentos escolares, quer aos equipamentos de saúde dos nossos municípios.

Esperamos que todas estas medidas potenciem a utilização do transporte público porque isto tem um impacto tremendo, não só naquilo que chamam a pegada ecológica, mas também na perspetiva de podermos contribuir para a resolução de um problema que hoje Lisboa sente muito que é a entrada diária de milhares de viaturas na cidade de Lisboa.

Fundamentalmente, Senhor Presidente, há bandeiras/assuntos que nós não devemos deixar cair e estando nós a falar dos transportes rodoviários, a questão do metro continua, para nós, a ser uma questão muito importante e apelamos a que o Senhor Presidente não deixe cair esta bandeira.

Nós precisamos urgentemente do prolongamento da linha amarela para a zona de Loures com o que isso constitui de positivo para a vida dos Odivelenses. Espero que a Administração do Metro e o Governo, sejam sensíveis não só aos argumentos da Câmara Municipal de Odivelas mas também à de Loures e todos os outros concelhos da zona Oeste que muito beneficiariam com esta medida.

Deixem-se de redes circulares que servem interesses muito pouco defensáveis no centro de Lisboa, promovam de facto a mobilidade metropolitana, criando condições para que o transporte individual deixe de ser tão necessário porque é uma realidade e nalguns casos é quase uma imposição, não se trata sequer de um luxo ou de qualidade, é uma imposição porque a rede é o que é.

Estamos com expetativas em relação a isto. Sabemos que as medidas imediatas causaram nas pessoas uma expetativa muito interessante para o futuro, a começar, por aquilo que as pessoas sentem mais na pele, que é o dinheiro. E sejamos objetivos, a criação do passe intermodal com os valores que estão definidos acrescido da manutenção do passe estudante, porque não há perspetiva de que ele venha a desaparecer, o

desaparecimento das coroas e para finalizar esta questão do passe familiar que também é importante e que nós não falámos aqui, são medidas que dizem muito às pessoas. Mas como diz o Senhor Presidente e nós concordamos com ele, isto só não chega, é preciso avançar num conjunto de outras direções e nessas estamos muito atrasados e é muito importante que no contrato na concessão a estabelecer com o operador que vier a ganhar isto, possamos efetivamente evoluir.

Odivelas, 14 de Novembro de 2018

Os Vereadores eleitos pela CDU